



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 22 de janeiro de 2019
(OR. en)

15724/18

Dossiê interinstitucional:
2018/0425 (NLE)

WTO 347
COASI 292

ATOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS

Assunto:	DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito do Grupo de Trabalho Vitivinícola criado pelo Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica, no que respeita aos formulários a utilizar como certificados para a importação na União Europeia de produtos vitivinícolas originários do Japão, bem como às modalidades relativas à autocertificação
----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECISÃO (UE) .../... DO CONSELHO

de ...

**relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia,
no âmbito do Grupo de Trabalho Vitivinícola criado pelo Acordo
entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica,
no que respeita aos formulários a utilizar como certificados para a importação
na União Europeia de produtos vitivinícolas originários do Japão,
bem como às modalidades relativas à autocertificação**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 207.º, n.º 4, primeiro parágrafo, em conjugação com o artigo 218.º, n.º 9,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Considerando o seguinte:

- (1) O Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica¹ ("Acordo") foi celebrado pela União através da Decisão (UE) 2018/1907 do Conselho². Entra em vigor em 1 de fevereiro de 2019.
- (2) Nos termos do artigo 2.28, n.º 1, do Acordo, como prova de que foram cumpridos os requisitos para a importação e a venda na União de produtos vitivinícolas originários do Japão, referidos nos artigos 2.25, 2.26 ou 2.27 do Acordo, basta um certificado autenticado em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares do Japão, incluindo a autocertificação por um produtor autorizado pela autoridade competente do Japão.
- (3) Nos termos do artigo 2.28, n.º 2, do Acordo, o Grupo de Trabalho Vitivinícola adota, por decisão, as modalidades de aplicação do n.º 1 do referido artigo, nomeadamente no que se refere aos formulários a utilizar e às informações a incluir no certificado.
- (4) O artigo 2.35, n.º 2, alínea a), do Acordo estabelece que o Grupo de Trabalho Vitivinícola adota as modalidades relativas à autocertificação.
- (5) Nos termos do artigo 2.35, n.º 3, do Acordo, o Grupo de Trabalho Vitivinícola realiza a sua primeira reunião na data de entrada em vigor do Acordo.

¹ JO L 330 de 27.12.2018, p. 3.

² Decisão (UE) 2018/1907 do Conselho, de 20 de dezembro de 2018, relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica (JO L 330 de 27.12.2018, p. 1).

- (6) O Grupo de Trabalho Vitivinícola deve adotar na sua primeira reunião, em 1 de fevereiro de 2019, a decisão sobre os formulários a utilizar como certificados para a importação na União de produtos vitivinícolas originários do Japão e sobre as modalidades relativas à autocertificação, a fim de permitir a aplicação efetiva do Acordo, simplificando, deste modo, a importação de produtos vitivinícolas originários do Japão. Os formulários e as modalidades relativas à autocertificação que estão previstos são coerentes com as políticas da União destinadas a facilitar o comércio e a cooperar em matéria de prevenção da fraude com países terceiros que tenham celebrado acordos com a União.
- (7) É conveniente definir a posição a tomar, em nome da União, no âmbito do Grupo de Trabalho Vitivinícola.
- (8) A posição da União no âmbito do Grupo de Trabalho Vitivinícola deverá, por conseguinte, basear-se no projeto de decisão que acompanha a presente decisão,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A posição a tomar, em nome da União, no âmbito do Grupo de Trabalho Vitivinícola na sua primeira reunião baseia-se no projeto de decisão que acompanha a presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em

Pelo Conselho
O Presidente

PROJETO

DECISÃO N.º 1/2019 DO GRUPO DE TRABALHO VITIVINÍCOLA UE-JAPÃO

de ...

**relativa à adoção dos formulários a utilizar como certificados
para a importação na União Europeia
de produtos vitivinícolas originários do Japão
e às modalidades relativas à autocertificação**

O GRUPO DE TRABALHO VITIVINÍCOLA,

Tendo em conta o Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica,
nomeadamente os artigos 2.28 e 2.35,

Considerando o seguinte:

- (1) O Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica ("Acordo") entra em vigor em 1 de fevereiro de 2019.
- (2) O artigo 22.4 do Acordo cria um Grupo de Trabalho Vitivinícola que, entre outras coisas, é responsável pela aplicação e funcionamento efetivos da secção C e do anexo 2-E do Acordo.
- (3) Nos termos do artigo 2.28, n.º 1, do Acordo, como prova de que foram cumpridos os requisitos para a importação e a venda na União de produtos vitivinícolas originários do Japão, referidos nos artigos 2.25, 2.26 ou 2.27 do Acordo, basta um certificado autenticado em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares do Japão, incluindo a autocertificação por um produtor autorizado pela autoridade competente do Japão.
- (4) Nos termos do artigo 2.28, n.º 2, alínea a), do Acordo, os formulários a utilizar como certificados e as informações a incluir nos certificados devem ser adotados por decisão do Grupo de Trabalho Vitivinícola criado nos termos do artigo 22.4 do Acordo.
- (5) Nos termos do artigo 2.35, n.º 2, alínea a), do Acordo, as modalidades relativas à autocertificação devem ser adotadas pelo Grupo de Trabalho Vitivinícola,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

1. O formulário a utilizar nos certificados autenticados em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares do Japão consta do anexo I da presente decisão.
2. O formulário a utilizar na autocertificação pelos produtores autorizados pela autoridade competente do Japão consta do anexo II da presente decisão.
3. As modalidades relativas à autocertificação pelos produtores autorizados pela autoridade competente do Japão constam do anexo III da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Pelo Grupo de Trabalho Vitivinícola
[...]

ANEXO I

**MODELO DE CERTIFICADO EMITIDO PELO INSTITUTO NACIONAL DE
INVESTIGAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS [*NATIONAL RESEARCH INSTITUTE OF
BREWING – NRIB*] PARA A IMPORTAÇÃO NA UE
DE PRODUTOS VITIVINÍCOLAS ORIGINÁRIOS DO JAPÃO¹**

1. Exportador (nome e endereço completos)	País terceiro emissor: JAPÃO VI-1 simplificado N.º de ordem ² : DOCUMENTO PARA IMPORTAÇÃO DE VINHOS, SUMOS DE UVAS OU MOSTOS DE UVAS NA UNIÃO EUROPEIA
2. Destinatário (nome e endereço)	3. Carimbo das autoridades aduaneiras (reservado aos serviços da UE)
4. Meios de transporte e dados do transporte ³	5. Local de descarga (se diferente do indicado em 2)

¹ Nos termos do artigo 2.28 do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica

² Número de identificação do lote para efeitos de rastreabilidade atribuído pelo NRIB.

³ Indicar: transporte utilizado até ao ponto de entrada na UE; especificar o modo de transporte (marítimo, aéreo, etc.), indicar o nome do navio, etc.

Imputações (introdução em livre circulação e emissão de extratos)

Quantidade	10. Número e data do documento aduaneiro de introdução em livre prática, assim como do extrato	11. Nome e endereço completos do destinatário (extrato)	12. Selo da autoridade competente
Disponível			
Imputada			
Disponível			
Imputada			
Disponível			
Imputada			
13. Observações adicionais			

ANEXO II

MODELO DE CERTIFICADO AUTENTICADO PARA AS IMPORTAÇÕES NA UNIÃO EUROPEIA DE PRODUTOS VITIVINÍCOLAS ORIGINÁRIOS DO JAPÃO¹

1. Exportador (nome e endereço completos)	País terceiro emissor: JAPÃO VI-1 simplificado N.º de ordem ² : <div style="text-align: center;">DOCUMENTO PARA IMPORTAÇÃO DE VINHOS, SUMOS DE UVAS OU MOSTOS DE UVAS NA UNIÃO EUROPEIA</div>
2. Destinatário (nome e endereço)	3. Carimbo das autoridades aduaneiras (reservado aos serviços da UE)
4. Meios de transporte e dados do transporte ³	5. Local de descarga (se diferente do indicado em 2)

¹ Nos termos do artigo 2.28 do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica.

² Número de identificação do lote para efeitos de rastreio atribuído pelo NRIB.

³ Indicar: transporte utilizado até ao ponto de entrada na UE; especificar o modo de transporte (marítimo, aéreo, etc.), indicar o nome do navio, etc.

6. Designação do produto importado ¹	7. Quantidade em l/hl/kg
	8. Número de recipientes ²
<p>9. Certificado</p> <p><i>"O produto acima descrito destina-se ao consumo humano direto e corresponde às definições e práticas enológicas autorizadas no capítulo 2, secção C, do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica. Foi produzido por um produtor autorizado individualmente pela Agência Nacional Tributária do Japão para a produção de vinho e pelo Instituto Nacional de Investigação de Bebidas Alcoólicas (NRIB) para a autocertificação. O produtor é sujeito a inspeção e supervisão pelo NRIB."</i></p> <p>Nome, endereço e número de registo/autorização do produtor autorizado:</p> <p>Nome e endereço completos do organismo competente: Local e data:</p> <p>Instituto Nacional de Investigação de Bebidas Alcoólicas sob a tutela do Ministério das Finanças do Japão 3-7-1, Kagamiyama, Higashihiroshima, Hiroshima, Japão</p> <p>Carimbo do produtor autorizado: Assinatura do produtor autorizado:</p>	

¹ Fornecer as seguintes informações:

- Designação comercial tal como consta do rótulo (o nome do produtor, a região vitivinícola, a marca, etc.),
- Menção do país de origem: [indicar "Japão"];
- Nome da IG, se for caso disso;
- Título alcoométrico volúmico adquirido
- Cor do produto (indicar apenas "tinto", "rosado", "rosé" ou "branco");
- Código da nomenclatura combinada (código NC).

² Por "recipiente" entende-se uma vasilha com menos de 60 litros de vinho. O número de recipientes pode ser o número de garrafas.

10. BOLETIM DE ANÁLISE (características analíticas do produto acima designado)

MOSTOS DE UVAS E SUMOS DE UVAS:

Não é necessária qualquer informação.

VINHOS E MOSTOS DE UVAS AINDA EM FERMENTAÇÃO:

– **Título alcoométrico volúmico adquirido:**

TODOS OS PRODUTOS:

– **Dióxido de enxofre total:**

– **Acidez total:**

Carimbo do produtor autorizado:

Local e data:

Assinatura e nome do responsável da empresa produtora autorizada:

Imputações (introdução em livre circulação e emissão de extratos)

Quantidade	11. Número e data do documento aduaneiro de introdução em livre prática, assim como do extrato	12. Nome e endereço completos do destinatário (extrato)	13. Selo da autoridade competente
Disponível			
Imputada			
Disponível			
Imputada			
Disponível			
Imputada			
14. Observações adicionais			

ANEXO III

Modalidades relativas à autocertificação

1. O Instituto Nacional de Investigação de Bebidas Alcoólicas, sob a tutela do Ministério das Finanças do Japão,
 - a) Designa individualmente os produtores autorizados no Japão a emitir os certificados referidos no artigo 2.28 do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica;
 - b) Supervisiona e inspeciona os produtores autorizados; e
 - c) Comunica à União Europeia:
 - duas vezes por ano, nos meses de janeiro e julho, os nomes e endereços dos produtores autorizados, juntamente com os números de registo oficiais, e
 - com a maior brevidade possível, qualquer alteração dos nomes e endereços ou a saída de um produtor autorizado.

2. A União Europeia publica e atualiza, com a maior brevidade possível, os nomes e endereços dos produtores autorizados incluídos na lista intitulada "Organismos competentes, laboratórios designados e produtores e transformadores de vinho de países terceiros autorizados a elaborar documentos VI-I para a importação de produtos vitivinícolas na eu", disponível no sítio Web oficial da Comissão Europeia:
ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/wine/lists/06.pdf
-